

SUELLEN NEDICA ALVES DA SILVA

**DESAFIOS DA ENFERMAGEM FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE
INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

BRASÍLIA-DF
2019

SUELLEN NEDICA ALVES DA SILVA

**DESAFIOS DA ENFERMAGEM FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE
INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Departamento de
Enfermagem da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Profa. Dra. Dirce Bellezi Guilhem

BRASÍLIA-DF
2019

SUELLEN NEDICA ALVES DA SILVA

**DESAFIOS DA ENFERMAGEM FRENTE À POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE
INTEGRAL DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS:
UMA REVISÃO DA LITERATURA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado ao Departamento de
Enfermagem da Universidade de Brasília
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Enfermagem.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Dirce Bellezi Guilhem
Universidade de Brasília - UnB
Orientadora - Presidente

Prof. Ms. Johnata da Cruz Matos
Centro Universitário Euro Americano – UNIEURO
Membro Efetivo

Profa. Ms. Mariana Franzoi
Universidade de Brasília – UnB
Membro Efetivo

BRASÍLIA-DF
2019

À Ana Dias (in memoriam), Ovidia, José, Elidugera e Hellen, por serem excelentes exemplos e nunca desistirem de mim.

Ao Grupo Escoteiro Zamenhof 39° DF, a União dos Escoteiros do Brasil – Região do Distrito Federal e a todos os escoteiros que já passaram pelo meu caminho, por me ajudarem a ser a pessoa que sou hoje.

Ao Templo Espírita Luz Divina e a todos os Orixás por serem meu apoio em diversos momentos, sendo sempre a minha luz no fim do túnel.

A todos os meus mestres, em especial a professora Dirce pela paciência e dedicação, meus familiares e amigos que direta ou indiretamente me ajudaram a chegar aqui.

O meu grato, gratíssimo a todos vocês.

Axé.

RESUMO

Objetivo: Identificar como a enfermagem tem entendido e utilizado a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, identificando na literatura as potencialidades e dificuldades encontradas pelos profissionais na vivência com esta população. **Metodologia:** Revisão integrativa de artigos publicados entre janeiro de 2012 a maio de 2019 indexados nas bases de dados SCIELO, BDENF, LILACS, MEDLINE e foram acessados através da Biblioteca Virtual em Saúde. Os descritores utilizados na língua portuguesa foram Enfermeiras e Enfermeiros; Minorias Sexuais e de Gênero e Identidade de Gênero. **Resultado:** Foram encontrados 41 artigos em português. Destes, 35 foram excluídos após análise de título e resumo por duplicação ou não serem elegíveis. Na segunda etapa 08 artigos foram avaliados na íntegra. Destes, dois não estavam disponíveis, sendo assim, no final foram incluídos 06 artigos na revisão. **Conclusão:** Há déficits evidentes em relação à saúde da população LGBT. Embora a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tenha surgido como uma excelente ferramenta para instituir mecanismos para a equidade da população LGBT nos serviços de saúde a mesma ainda é desconhecida pela maioria dos profissionais de enfermagem, como diz a literatura.

Descritores: Enfermeiras e Enfermeiros; Minorias Sexuais e de Gênero; Identidade de Gênero, Políticas de Saúde, Cuidados de Enfermagem.

INTRODUÇÃO

Segundo os princípios fundamentais do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem - CEPE, o profissional de enfermagem:

atua com autonomia e em consonância com os preceitos éticos e legais, técnico-científico e teórico-filosófico; exerce suas atividades com competência para promoção do ser humano na sua integralidade, de acordo com os Princípios da Ética e da Bioética, e participa como integrante da equipe de Enfermagem e de saúde na defesa das Políticas Públicas, com ênfase nas políticas de saúde que garantam a universalidade de acesso, integralidade da assistência, resolutividade, preservação da autonomia das pessoas, participação da comunidade, hierarquização e descentralização político-administrativa dos serviços de saúde.

COFEN, 2017

No que diz respeito à saúde, o processo de cuidar requer muito mais que tecnologia para produzir medicamentos, equipamentos médico-hospitalares e diagnósticos precisos. (PIRES, 2009). O cuidado da Enfermagem se fundamenta no conhecimento próprio da profissão e nas ciências humanas, sociais e aplicadas e é executado pelos profissionais na prática social e cotidiana de assistir, gerenciar, ensinar, educar e pesquisar. (CEPE, 2017)

O trabalho da enfermagem é muito mais que cuidar de uma “parte do corpo que não está funcionando bem [...]”. É preciso produzir conhecimentos para cuidar de seres humanos como individualidades complexas, na dimensão familiar e enquanto parte de grupos sociais e de sociedades históricas (PIRES, 2009)

Segundo a Constituição Brasileira a saúde é direito de todos e dever do Estado, sendo garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988)

Na perspectiva de difundir os direitos das pessoas e das populações em relação à saúde, o Ministério da Saúde publicou a Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde, que explicita os direitos e deveres dos usuários contidos na legislação do Sistema Único de Saúde - SUS (BRASIL, 2012).

Com muito esforço, o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBT) foi avançando nas conquistas pelos direitos humanos no Brasil, como a homossexualidade, que deixou de ser considerada doença pelo Conselho Federal de Medicina em 1985, antes mesmo da OMS, o reconhecimento de casais homoafetivos para garantia de benefícios do cônjuge em situações de falecimento ou reclusão; o direito pela guarda dos filhos criados em comum; e a inserção da garantia do uso do nome social na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (SILVA, FINKLER, 2016). Mesmo com todas essas conquistas, percebe-se que ainda há muito que lutar quando a transexualidade deixou de ser considerada doença apenas em 2018, 33 anos após a homossexualidade.

A Política LGBT é uma iniciativa para a construção de mais equidade no SUS. Esta política tem como marca o reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. (BRASIL, 2012).

A Política Nacional de Saúde LGBT é um divisor de águas para as políticas públicas de saúde no Brasil e um marco histórico de reconhecimento das demandas desta população em condição de vulnerabilidade. É também um documento norteador e legitimador das suas necessidades e especificidades, em conformidade aos postulados de

equidade previstos na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde
BRASIL, 2012.

Suas diretrizes e seus objetivos estão voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas à redução das desigualdades relacionadas à saúde destes grupos sociais (BRASIL, 2012) e sua formulação seguiu as diretrizes de governo expressas no Programa Brasil sem Homofobia, que foi coordenado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) e que atualmente compõe o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3) (BRASIL, 2012)

A Política LGBT é composta por um conjunto de diretrizes cuja operacionalização requer planos contendo estratégias e metas sanitárias e sua execução requer desafios e compromissos das instâncias de governo, especialmente das secretarias estaduais e municipais de saúde, dos conselhos de saúde e de todas as áreas do Ministério da Saúde (BRASIL, 2012)

O maior objetivo da política LGBT é a promoção à saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, eliminando a discriminação e o preconceito institucional, bem como contribuindo para a redução das desigualdades e a consolidação do SUS como sistema universal, integral e equitativo (BRASIL, 2012).

No ano de 2018 morreram no Brasil 420 LGBT+ vítimas da homolebotransfobia: 320 homicídios e 100 suicídios. A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia (MICHELS, MOTT, PAULINHO, 2018).

O suicídio é a 4ª principal causa de morte entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, segundo recente pesquisa do Ministério da Saúde [...], devido à homofobia, pessoas LGBTs têm 6 vezes mais chance de tirar a própria vida, em relação a heterossexuais (MICHELS, MOTT, PAULINHO, 2018). A atenção com o cuidado de enfermagem prestado a população LGBT pode mudar estes alarmantes dados.

A enfermagem é a profissão que está presente em todas as instituições assistenciais, sendo que na rede hospitalar está presente nas 24 horas de todos os 365 dias do ano. A qualidade das ações de enfermagem interfere, diretamente, na qualidade da assistência em saúde (PIRES, 2009).

Por conta disso, esse estudo tem como objetivo identificar por meio da literatura brasileira como a enfermagem tem vivenciado a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e identificar as dificuldades e as potencialidades na vivência dos profissionais com as particularidades desta população. Para isso foi criada a seguinte questão norteadora: “Os profissionais de enfermagem entendem e utilizam da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais?”.

Como a enfermagem faz parte da linha de frente da saúde e atua em todos os seus níveis, a atenção ao paciente LGBT por parte de um destes profissionais pode ser vital para seu acolhimento e para a efetividade do tratamento buscado pelo mesmo.

METODOLOGIA

A forma escolhida para responder a questão norteadora e os objetivos propostos foi a revisão integrativa, que é um método que proporciona a síntese de

conhecimento propiciando aos pesquisadores melhor utilização de evidências elucidadas em inúmeros artigos (Souza; Silva; Carvalho, 2010).

Para desenvolver este estudo, foram seguidas as seguintes etapas: identificação do tema e formulação da questão norteadora; estabelecimento de critérios de exclusão e inclusão dos artigos; definição das informações a serem extraídas dos artigos e categorização dos mesmos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; e apresentação da revisão (Mendes; Silveira; Galvão, 2008).

No mês de junho de 2019 foi realizado o levantamento de dados, por dois pesquisadores independentes. Por meio da Biblioteca Virtual em Saúde acessou-se a Base de Dados Bibliográficos Especializados em Enfermagem (BDENF), a Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), e a Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE). Além das citadas, foi utilizada também a Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

Utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) foram selecionados os seguintes descritores em português: “Enfermeiros e Enfermeiras”, “Identidade de Gênero” e “Minorias Sexuais e de Gênero”. A estratégia utilizada para as buscas nas bases de dados foi utilizar o operador booleano AND em conjunto com os DeCS selecionados: “Enfermeiros” AND “Identidade de Gênero”, “Enfermeiras” AND “Identidade de Gênero”, “Enfermeiros” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”; “Enfermeiras” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”. Além do operador booleano também foram aplicados filtros em relação aos anos, a base de dados e ao idioma dos artigos (português), como mostra o Quadro 01.

Quadro 01 – Estratégia de busca e quantitativo de artigos encontrado nas bases de dados. Brasília, 2019.

Bases de Dados	Descritores	Filtros	Artigos Encontrados
BVS/BDENF	“Enfermeiros” AND “Identidade de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	4
	“Enfermeiras” AND “Identidade de Gênero”		6
BVS/BDENF	“Enfermeiros” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	4
	“Enfermeiras” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”		2
BVS/LILACS	“Enfermeiros” AND “Identidade de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	7
	“Enfermeiras” AND “Identidade de Gênero”		6
BVS/LILACS	“Enfermeiros” AND	Ano (2012 – 2019);	1

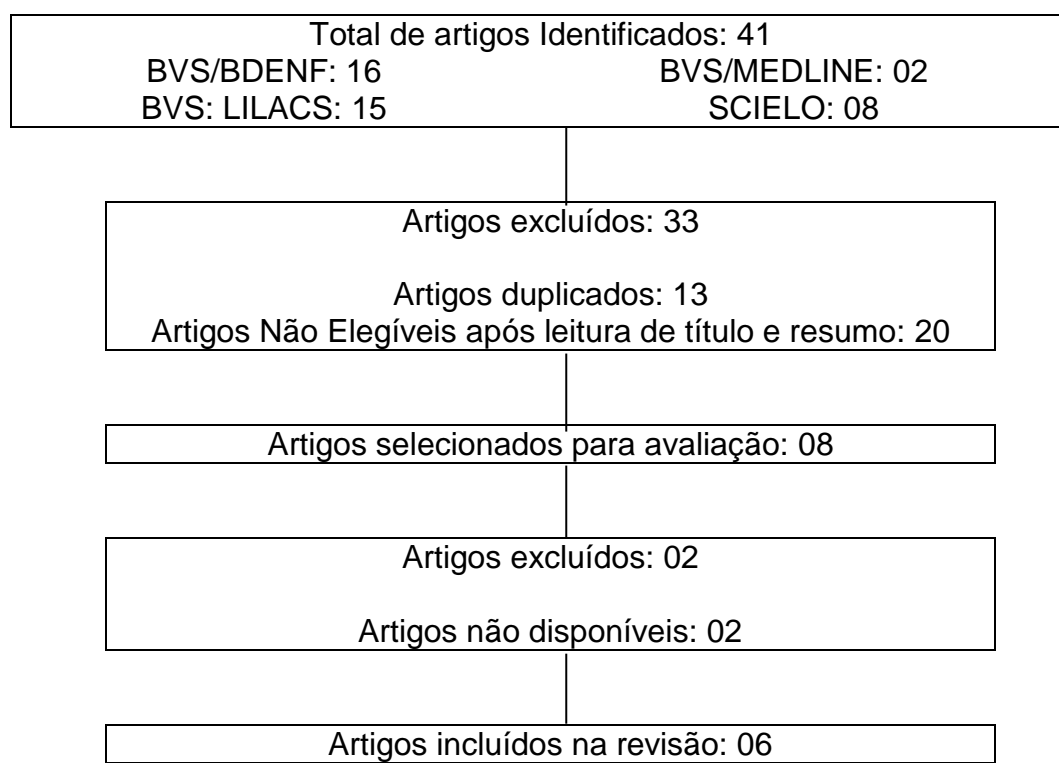
	“Minorias Sexuais e de Gênero” “Enfermeiras” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”	tipo de documento: artigo; idioma: português	1
BVS/MEDLINE	“Enfermeiros” AND “Identidade de Gênero” “Enfermeiras” AND “Identidade de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	1 1
BVS/MEDLINE	“Enfermeiros” AND “Minorias Sexuais e de Gênero” “Enfermeiras” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	0 0
SCIELO	“Enfermeiros” AND “Identidade de Gênero” “Enfermeiras” AND “Identidade de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	0 8
SCIELO	“Enfermeiros” AND “Minorias Sexuais e de Gênero” “Enfermeiras” AND “Minorias Sexuais e de Gênero”	Ano (2012 – 2019); tipo de documento: artigo; idioma: português	0 0

Foram incluídos artigos publicados de janeiro de 2012 a junho de 2019; disponíveis completos em português, que envolvessem enfermeiros ou enfermeiras, e falem sobre a saúde da população LGBT, independente da abordagem metodológica (qualitativos, quantitativos, revisão de literatura, entre outros). Foram excluídas teses, dissertações e trabalhos acadêmicos não publicados em periódicos científicos on-line, artigos duplicados e estudos não elegíveis. Inicialmente os artigos foram avaliados por meio da análise de títulos e resumos, e, posteriormente pela leitura na íntegra.

RESULTADOS

Foram encontrados 41 artigos em português. Destes, 35 foram excluídos após análise de título e resumo por duplicação ou por não serem elegíveis (não estarem de acordo com o tema). Na segunda etapa 08 artigos foram avaliados na íntegra. Destes, dois não estavam disponíveis, sendo assim, no final foram incluídos 06 artigos na revisão.

Figura 1 – Diagrama do resultado da aplicação dos critérios de inclusão e exclusão do estudo. Brasília, 2019



Os artigos foram analisados e organizados em uma tabela criada no Microsoft Office Word 2010 dividida em título, autor e ano de publicação, periódico, objetivos, metodologia, resultados e conclusão. A partir da análise do conteúdo gerado foram identificadas quais as potencialidades e quais as dificuldades do enfermeiro em relação à população LGBT conforme a literatura como descrito no Quadro 02.

Quadro 02 - Distribuição dos estudos incluídos na revisão integrativa segundo Autores e ano de publicação, Título, Tipo de Estudo, Potencialidades e Dificuldades. Brasília, 2019.

Autores e Ano	Título	Tipo de Estudo	Potencialidades	Dificuldades
Sehnem, G.D. <i>et al</i> ; 2017.	Des (preparo) Técnico-Científico Para o Cuidado As Travestis: Percepção de Enfermeiras (os)	Estudo de campo, descritivo com abordagem qualitativa.	Não citado	Falta de conhecimento acerca das diferenças entre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico; Resistência sobre o uso do nome social; Desconhecimento da Política

				Nacional de Saúde LGBT; Formação acadêmica deficiente.
Araujo, L. M.; Penna L. H. G; 2014.	A relação entre sexo, identidade sexual e de gênero no campo da saúde da mulher	Reflexão Teórica	Não citado	Estereotipização dos LGBTs; Formação acadêmica deficiente.
Belém J. M. et al; 2018.	Atenção à saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais na estratégia de saúde da família	Estudo qualitativo	Não citado	Desconhecimento da Política Nacional de Saúde LGBT; Estereotipização dos LGBTs; Formação acadêmica deficiente.
Oliveira E. M. et al; 2019	“Corpo de homem com (tre)jeitos de mulher?”: imagem da travesti por enfermeiras	Pesquisa qualitativa	Não citado	Capacitação profissional; Incipiente conhecimento sobre a identidade travesti.
Silva G. W. S. et al; 2016	Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família	Investigação exploratória, qualitativa.	Conhecimento sobre conceito de homofobia;	Desconhecimento da Política Nacional de Saúde LGBT; Pouco ou nenhum conhecimento sobre diversidade sexual.
Farias G. M. et al; 2018.	Os cuidados dos enfermeiros às lésbicas	Revisão integrativa	Conhecimento da Política Nacional de Saúde LGBT.	Falta de capacitação; Falta de estudos sobre o tema; Formação acadêmica deficiente.

Após análise dos dados foi identificadas uma potencialidades: o conhecimento sobre a existência da Política Nacional de Saúde LGBT. Sobre as dificuldades, elas foram agrupadas em: formação Acadêmica Deficiente (diferenças entre identidade de gênero, orientação sexual e sexo biológico; falta de estudos

sobre o tema, estereotipização) e capacitação profissional (resistência sobre o uso do nome social, estereotipização).

DISCUSSÃO

A importância de publicações surge da problemática que advém da falta de conhecimento sobre as particularidades da população LGBT no que diz respeito a saúde. É evidente que esse tipo de orientação é fundamental para os enfermeiros em suas atividades diárias, seja na assistência ou na gerência (FARIAS *et al*, 2018).

O enfermeiro precisa atentar para a importância do cuidado em saúde e assistência adequada para LGBTs, justificando-se pela construção de vínculos que este profissional estabelece com relação aos outros profissionais da área da saúde, podendo contribuir de forma efetiva no processo de desenvolvimento de suas habilidades (SILVA *et al*, 2016).

A assiduidade de LGBTs em serviços de saúde é preocupantemente baixa, muitas vezes resultado da estigmatização social, estereotipização relativa às necessidades de saúde e ideias socialmente equivocadas dos profissionais sobre os mesmos (BELÉM *et al*, 2018).

No campo da saúde, os sistemas de classificação que envolvem sexo, gênero e orientação sexual equivocam-se com frequência, pois as identidades de gênero e sexual podem relacionar-se de maneiras distintas em função das experiências pessoais e construções culturais estabelecidas em torno delas (ARAUJO; PENNA; 2014)

A partir desses equívocos sobre as questões de gênero, enfermeiros e médicos desenvolvem apenas um cuidado curativista e biologizante, o que prejudica o desempenhar da assistência qualificada para este público (SEHNEM *et al*, 2017).

A identidade de gênero envolve processos complexos, impostos ora pelo processo de socialização primária, ora cobrados, direta ou indiretamente, pela sociedade em que vivemos, onde a heterossexualidade é considerada como modelo normativo único (OLIVEIRA *et al*, 2019). Esta heterossexualidade compulsória é traduzida em episódios de homofobia, nem sempre consciente, podendo ser “implícita” ou “simbólica”, onde os sentidos divergem-se entre o aceitar e a repressão da diversidade (SILVA *et al*, 2016). É fato de que nenhuma forma de violência deva ser aceita, inclusive aquela que se manifesta desde o plano simbólico, por meio da discriminação, imposição de papéis sociais e sexuais (ARAUJO; PENNA; 2014)

No contexto da saúde, as ações de cuidado são frequentemente enviesadas em função da orientação sexual não heterossexual do usuário, à medida que se restringiram aos aspectos sexuais com foco nas IST, vulnerabilidades e aspectos psicológicos (BELÉM *et al*, 2018).

Revela-se como importante, diante das problemáticas evidenciadas, que se procure meios para a melhoria na assistência, sendo alguns exemplos o investimento em pesquisa sobre a saúde LGBT, não somente voltados para ISTs; capacitação profissional para evitar a discriminação nos serviços de saúde e aproximação dos profissionais com os movimentos sociais (FARIAS *et al*, 2018).

No que tange a questão de comunicação em saúde e criação de vínculos, o nome está ligado diretamente às relações de gênero e sexualidade, culturalmente, referindo-se ao menino com nome masculino e a menina com nome feminino. A incompatibilidade entre o nome, a foto no documento e o sujeito presente configuram uma situação de confronto e, muitas vezes, humilhação (SEHNEM *et al*, 2017).

Tais condutas reforçam o entendimento de que a assistência desenvolvida pelos profissionais de enfermagem não se encontra em conformidade com os pressupostos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT, que configura, explicitamente, como violência a não utilização do nome social das travestis e transgêneros pelos serviços de saúde (SEHNEM *et al*, 2017).

Não bastarão leis ou políticas se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso (ARAUJO; PENNA; 2014).

Verificou-se que é necessário perguntar aos pacientes a sua orientação sexual, pois, por meio dessa informação, pode-se orientar sobre os riscos para a saúde para não prestar um cuidado como se todas as pessoas assistidas fossem heterossexuais (FARIAS *et al*, 2018).

Cabe-se destacar que os profissionais de saúde apresentam dificuldades em lidar com a diversidade sexual por conta da formação acadêmica inadequada durante os períodos de graduação (FARIAS *et al*, 2018). Nos cursos de graduação em enfermagem as questões de gênero e sexualidade, historicamente, têm sido abordadas de modo frágil e pontual (SEHNEM *et al*, 2017).

Embora conteúdos relativos aos cuidados de saúde voltados a LGBT estejam sendo discutido, o ensino de políticas específicas para esse público é basicamente inexistente. Para que se possam fornecer cuidados integrais aos usuários, há necessidade de inserção e padronização de conteúdos sobre sexualidade nos currículos de enfermagem (BELÉM *et al*, 2018).

Apesar da existência da Política Nacional de Saúde Integral de LGBT, a mesma ainda não conseguiu chegar efetivamente aos serviços de saúde, refletindo no desconhecimento dos enfermeiros sobre a diversidade social, podendo ocasionar situações de vedação de direitos básicos para esta população (SILVA *et al*, 2016).

Uma vez que os profissionais de saúde não tiveram, em sua formação acadêmica, ferramentas que lhes possibilitassem entender o universo LGBT, é previsível que haja dificuldade no acolhimento e situações de constrangimento durante os atendimentos (SEHNEM *et al*, 2017).

Estratégias de ensino e programas de treinamento para cuidados de saúde voltados a LGBT podem exercer efeitos positivos ao elevar os conhecimentos, as habilidades e as atitudes de alunos e profissionais, promover competência cultural, sensibilidade e reduzir dificuldades de abordagem nos atendimentos (BELÉM *et al*, 2018).

Neste sentido, estratégias de intervenção, como a educação permanente, podem ser adotadas para a capacitação de profissionais da saúde, de modo a mitigar as atitudes potencialmente preconceituosas e discriminatórias, que tem servido de barreira para a efetivação dos direitos previstos a este grupo (SEHNEM *et al*, 2017).

CONCLUSÕES

Embora a enfermagem lide com todos os tipos de pessoa durante suas jornadas de trabalho, sejam ela na assistência, na docência ou na gerência, é evidente a dificuldade para entender as particularidades de todas elas tendo apenas o perfil de generalista.

Há déficits evidentes em relação a saúde da população LGBT. Embora a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais tenha surgido como uma excelente ferramenta para instituir mecanismos para a equidade da população LGBT nos serviços de saúde a mesma ainda é desconhecida pela maioria dos profissionais de enfermagem, como diz a literatura.

A população LGBT ainda vem sendo estigmatizada em relação a sua vulnerabilidade, sendo vista apenas como risco de ISTs e síndromes psicológicas, esquecendo-se que são, assim como os heterossexuais, pessoas que estão a mercê das mais variadas patologias.

Há uma grande brecha no ensino e na pesquisa nesta área, principalmente referente a saúde de homens gays e pessoas transexuais, não sendo encontrados nenhum estudo sobre estes. É necessária uma maior discussão sobre este tema urgentemente, tanto dentro das faculdades quanto dentro dos hospitais, UBS, UPAS e afins.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

_____. COFEN. **Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem - Resolução COFEN N° 564/2017**. Brasília, 2017.

ARAUJO, Luciane Marques de; PENNA, Lucia Helena Garcia. **A relação entre sexo, identidades sexual e de gênero no campo da saúde da mulher**. Rev enferm UERJ – Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 134-138, jan/fev. 2014.

BELÉM, Jameson Moreira *et al.* **Atenção à saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais na Estratégia Saúde da Família**. Rev baiana enferm, v. 32:e26475. 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

FARIAS, Gesiany Miranda *et al.* **Os cuidados dos enfermeiros às lésbicas**. Rev enferm UFPE on line, Recife, v. 12 (10): 2825-35, out., 2018.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem**. Texto & Contexto - Enfermagem, Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-764, out/dez. 2008.

MICHELS, Eduardo; MOTT, Luiz; PAULINHO. **Mortes Violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório GGB 2018**. Grupo Gay da Bahia, 2018.

OLIVEIRA, Ester Mascarenhas *et al.* **“Corpo de homem com (tre)jeitos de mulher?”: imagem da travesti por enfermeiras**. Interface (Botucatu), v. 23: e170562. 2019.

PIRES, Denise. **A enfermagem enquanto disciplina, profissão e trabalho**. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 62, n. 5, p. 739-744, oct. 2009.

SEHNEM, Graciela Dutra *et al.* **(Des)Preparo técnico-científico para o cuidado às travestis: percepções de enfermeiras (os)**. Rev Enferm UFMS, v. 7, n. 2, p. 236-247, abr/jun. 2017.

SILVA, Ana Luisa Remor da; FINKLER, Mirele. **O Movimento LGBT e a bioética crítica de inspiração feminista: convergências e potencialidades**. Saúde & Transformação Social, Florianópolis, v.7, n.3, p. 001-010, 2016.

SILVA, Glauber Weder dos Santos *et al.* **Diversidade sexual e homofobia: o conhecimento de enfermeiros da estratégia saúde da família.** J. res.: fundam. care. online v. 8(1): 3725-3739. jan./mar. 2016.

SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias da; CARVALHO, Rachel de. **Revisão integrativa: o que é e como fazer.** Einstein (São Paulo), São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.